

ASSIM É QUE ME PARECE...¹

Prof. Dr. Cezar Honorato
(LPP e FSS/UERJ)

Escolhemos para tratar o tema A Cidade Que Temos rediscutir alguns dos muitos aspectos referentes às nossas cidades. Nossas, no sentido do Estado do Rio de Janeiro que apresenta a maior taxa de urbanização do país (96%)². Nossas no sentido carinhoso. Afinal, as cidades são mais do que espaços geográficos ou conceituais: são espaços de produção/reprodução de vivências, de humanidades.

Nesse sentido, é nosso objetivo refletir “verdades” construídas acerca das cidades fluminenses e que estão presentes no imaginário social, na mídia e nos discursos políticos. Por se tratar de um Estado com tamanho grau de urbanização, podemos considerar que a grande maioria dos seus Municípios se confunde com suas cidades-sedes. Enquanto 54 Municípios apresentam um grau de urbanização superior a 80%, somente 9 apresentam um grau de urbanização de menos de 50%³.

O primeiro aspecto que gostaríamos de rediscutir é aquele afeito ao viver nas pequenas cidades do interior, que, além do bucolismo, apresentariam uma melhor qualidade de vida que àquelas da Região Metropolitana, particularmente, a Cidade do Rio de Janeiro.

Aos observarmos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - recentemente disponibilizado pelo IBGE e utilizando-se de metodologia internacional - podemos observar que as 8 cidades piores avaliadas são consideradas pequenas:

- **São José de Ubá..... 2.236 hab/urb**
- **Paty do Alferes.....16.756 hab/urb**

¹ Apresentado no Simpósio Outra Cidade é Possível (Fórum-Rio e LPP/UERJ e Habitat/Nações Unidas em 3/12/2003. Trata-se de texto ainda preliminar

² HONORATO, Cezar e TAVARES, Laura – A Situação Social do Rio de Janeiro: Uma Leitura do Censo 2000 in *Revista do Rio de Janeiro*. RJ, Fórum-Rio, EDUERJ, nº 8set/dez-2002.

³ Utilizamos dados do TCE/RJ, IBGE e Fundação CIDE/RJ relativos a 2000 e 2001
Texto discutido no dia 19/03/2004

- **Sumidouro.....2.334 hab/urb**
- **Duas Barras..... 6.023 hab/urb**
- **Laje do Muriaé..... 5.624 hab/urb**
- **Cardoso Moreira..... 8.041hab/urb**
- **São Francisco do Itabapoana 19.228 hab/urb**
- **Varre-Sai 4.132 hab/urb**

Não por coincidência, são Municípios que apresentam os menores índices de urbanização do Estado do Rio de Janeiro, o que nos permite inferir que a melhoria da qualidade de vida no nosso Estado, está diretamente ligado ao grau de urbanização do Município.

Mais ainda, embora bucólicas e graciosas sejam a maioria dessas cidades, elas apresentam problemas estruturais e que comprometem seriamente a qualidade de vida de sua população.

O segundo aspecto a ser considerado é que os Municípios não melhoram a qualidade de vida de sua população devido a escassez de recursos. Não cabe neste momento fazermos uma digressão acerca da perda de receita dos Municípios que teria ocorrido desde a década passada.

Para efeito deste trabalho, optamos por comparar os 8 Municípios-Cidades com os maiores IDH-M do Estado do Rio de Janeiro – a saber: Niterói, Rio de Janeiro, Volta Redonda, Nova Friburgo, Resende, Barra Mansa, Petrópolis e Itaiaia – com os 8 Municípios-Cidades produtoras de petróleo – considerados como tais pela ANP –, que recebem de royalties e outros recursos provenientes da extração de petróleo e gás, e que apresentam receitas muito superior aos demais: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã, São João da Barra, Rio das Ostras, Armação dos Búzios e Cabo Frio.

Enquanto a relação Receita Orçamentária Ordinária X população dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro é de R\$ 532,94, somente este conjunto de 8 Municípios produtores de petróleo apresentam a média de R\$ 1.259,86. Se compararmos Niterói (R\$598,143) - sendo esta a que apresenta o melhor IDHM do Estado - com Quissamã ou Rio das Ostras, veremos que o primeiro apresenta uma relação de R\$5.103,75 e o segundo, R\$5.106,77, ou seja, quase dez

vezes mais que Niterói. Mais ainda, Quissamã encontra-se na 73ª e Rio das Ostras na 33ª posição no ranking de IDHM do Estado do Rio de Janeiro.

Ressalve-se que a magnitude da receita dos Municípios está diretamente ligada aos royalties do petróleo e não, a uma vigorosa política arrecadadora que aumentasse a base tributária municipal.

Em segundo lugar, a receita per capita dos oito Municípios escolhidos representa em média, quase duas vezes e meia a média dos demais, o que me permite afirmar que em termos estritamente contábeis, são Municípios equilibrados, o que os marca como exceção no país. Este seria o melhor dos cenários se considerássemos as premissas do neo-liberalismo tão em voga no país, que advoga, dentre outras coisas a reificação do equilíbrio fiscal...

Mas, observemos que, se o nosso olhar se deslocar para as pessoas, os simples viventes destas cidades, podemos perceber que estas, apresentam uma qualidade de vida bastante inferior aos demais. São cidades com carências de serviços de água, esgoto, iluminação privada e pública, educação, saúde, habitação e etc.

Utilizando uma metodologia próxima, a Fundação CIDE, do Governo do Estado, apresentou o Índice de Qualidade dos Municípios/Carências. Também neste índice, podemos perceber que o índice médio dos Municípios melhores situados no IDHM é de 40,76% e a média dos Municípios produtores de petróleo aferidas pelo IQM/Carências é de 51,28.

Avançando um pouco mais na discussão, podemos relacionar o PIB/per capita e a renda média dos trabalhadores formais dos dois conjuntos de Municípios escolhidos. No caso do PIB/per capita dos 8 melhores Municípios do Estado é, em média, de R\$1.307,56. Já para os Municípios produtores de petróleo, encontramos uma média de R\$544,74. Continuando: enquanto nos primeiros Municípios teríamos uma renda média do trabalho formal de 4,74 salários mínimos e o Estado do Rio tenha como renda média, 5,25 SM, os Municípios petroleiros, 3.56 SM.

Isto posto, podemos reconsiderar algumas das “verdades” presentes no nosso imaginário. A primeira delas, é que as pequenas cidades fluminenses primariam pela qualidade de vida em comparação às cidades mais adensadas do Estado. Os dados anteriormente apontados, apontam em sentido contrário.

A segunda, seria a “verdade” de que o aumento das receitas Municipais e o equilíbrio fiscal gerariam ou permitiriam uma melhoria da qualidade de vida da população. Se condenável enquanto assertiva, não quer dizer que a sua versão inversa – o déficit fiscal gera melhoria da qualidade de vida – não seja igualmente falsa.

A implantação de uma “boa governança” e a maior participação popular na definição dos investimentos a serem feitos com as receitas municipais e no controle destas mesmas receitas, são fundamentais para transformar o equilíbrio orçamentário em melhoria da qualidade de vida para todos.

Na realidade, a pequena amostragem nos permite afirmar que, no caso do Estado do Rio de Janeiro, a qualidade das cidades está diretamente ligada ao desenvolvimento de atividades produtivas – manifesto no crescimento do PIB – e na melhor distribuição de renda, com a melhora dos salários médios.

Finalmente, se ao caminharmos pelas ruas do Niterói ou do Rio de Janeiro - que se orgulham de liderar o ranking de qualidade de vida do Estado - ficamos perplexos com relação ao muito que ainda precisa ser feito para que as pessoas possam viver melhor, podemos imaginar o grau de degradação das demais cidades do Rio de Janeiro.

A cidade que temos, portanto, está ainda muito longe da cidade que queremos...